

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

CÂMPUS ITABERAÍ

CURSO DE PEDAGOGIA

Luciene Aparecida Ferreira Pinto Machado

Raimunda de Sousa Barroso

**A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES REGENTE E DE APOIO NA
INCLUSÃO ESCOLAR: VIVÊNCIA NUMA ESCOLA PÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE ITABERAÍ**

ITABERAÍ

2017

Luciene Aparecida Ferreira Pinto Machado

Raimunda de Sousa Barroso

**A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES REGENTE E DE APOIO NA
INCLUSÃO ESCOLAR: VIVÊNCIA NUMA ESCOLA PÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE ITABERAÍ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Itaberaí, como requisito parcial para conclusão do curso de graduação de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob a orientação da Professora Especialista Lílian Barbosa de Moraes.

ITABERAÍ

2017

Luciene Aparecida Ferreira Pinto Machado
Raimunda de Sousa Barroso

**A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES REGENTE E DE APOIO NA
INCLUSÃO ESCOLAR: VIVÊNCIA NUMA ESCOLA PÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE ITABERAÍ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Itaberaí, como requisito parcial para conclusão do curso de graduação de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob a orientação da Professora Especialista Lílian Barbosa de Moraes.

Itaberaí, 07 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Esp. Lílian Barbosa de Moraes
(Orientadora/UEG)

Prof^a. Esp. Sônia Helena Carneiro Pinto
(Leitora/UEG)

Prof^a. Esp. Lagrimar Gomes Damasceno Borges
(Leitora/UEG)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, a Deus que nos permitiu concluir essa jornada acadêmica, nos possibilitando vencer todos os obstáculos encontrados pelo caminho.

À nossa família que muito nos incentivou com seu apoio nos momentos de desânimos.

Aos mestres dessa instituição que tão bem nos instruíram ao longo do curso, às leitoras que aceitaram contribuir com nosso trabalho e à nossa orientadora, Professora Lílian Barbosa de Moraes, por ter nos auxiliado durante todo o processo de construção dessa monografia.

RESUMO

A inclusão permite aceitar o outro na sua singularidade, exigindo mudança na perspectiva educacional, e também na sociedade, pois é muito mais que integrar o aluno deficiente no ensino regular, implica em dar-lhe suporte e condições para que se desenvolva e aprenda como qualquer outra criança. Requer ainda a compreensão de todos os envolvidos nesse processo, isto inclui a família, a escola e a sociedade. Devido à importância de se promover a inclusão de forma emancipatória, este trabalho vem discutir a atuação dos professores regente e de apoio que trabalham diretamente com aluno com deficiência e abre caminho para levá-lo ao desenvolvimento. Faz-se um relato sobre a prática desses profissionais, sua formação, e indaga se as instituições se encontram preparadas adequadamente para este grande desafio. No primeiro capítulo, é feito um resgate sobre o início da inclusão no mundo e no Brasil, bem como as legislações que a amparam. O segundo capítulo ressalta a importância da formação inicial e continuada dos professores, para atuação com alunos com deficiência. O terceiro e último capítulo finaliza com a pesquisa de campo e estudo de caso, na qual se tenta um olhar mais amplo para a prática educativa direcionada ao aluno com deficiência. Acredita-se que a inclusão pode ser possível, desde que sejam respeitadas as diferenças, habilidades e limitações individuais de cada aluno.

Palavras-chaves: Formação. Inclusão. Pessoas com deficiência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1 HISTÓRIA DA INCLUSÃO E SUAS LEIS.....	07
1.1 História da Inclusão no Mundo.....	07
1.2 História da Inclusão no Brasil.....	09
2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA PROMOVER A INCLUSÃO.....	17
3 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPALIZADA SÃO DIMAS PARA PROMOVER A INCLUSÃO.....	23
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	31
ANEXOS	33

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo aprofundar em questões referentes à atuação e contribuições dos professores regentes e de apoio na promoção da inclusão escolar. Relata as práticas dos mesmos, através de observações e registros, numa escola pública no município de Itaberaí, com atribuições e relevâncias de seu trabalho em sala de aula e suas relações com os alunos.

A educação de qualidade é um direito de todos, conforme a Constituição de 1988 (*apud*, Mantoan, 2006). No município de Itaberaí não poderia ser diferente, pois cabe aos profissionais da educação atuar de acordo com a legislação, viabilizando a inclusão escolar. Isso garante o direito de todos, incluindo alunos com deficiências, de estarem na escola, tendo acesso à educação sistematizada com possibilidade de serem cidadãos com os direitos assegurados e garantidos.

Para analisar a atual realidade da inclusão e as práticas dos educadores no ambiente escolar junto a alunos com deficiências, utilizou-se, neste trabalho monográfico, a pesquisa bibliográfica acrescida de pesquisa de campo com estudo de caso. Recorreu-se a autores como Mantoan e Figueira, dentre outros, e observações com entrevista semiestruturada.

Desta forma, o primeiro capítulo relata a história da inclusão no mundo e no Brasil, discorrendo sobre sua evolução, desde a colonização, e suas conquistas nas últimas décadas. O segundo capítulo remete à prática educativa dos educadores, sua formação inicial e continuada, para atuação com alunos com deficiência. O terceiro e último capítulo, se refere a uma pesquisa de campo, para observação da prática educativa de professores regente e de apoio.

1 HISTÓRIA DA INCLUSÃO E SUAS LEIS

O presente capítulo trata de uma visão geral da inclusão, discorrendo sobre a necessidade de uma sociedade que garanta os direitos de todos os seus cidadãos. Direitos esses amparados por leis fundamentais aqui citadas. Este capítulo se encontra subdividido em dois tópicos: História da inclusão no mundo, em que constam acontecimentos que conceberam a ideia de inclusão e as leis que a ampara; e História da inclusão no Brasil, discorrendo sobre como evoluiu esta ideia, desde a colonização, marcada pela exclusão, bem como todas as conquistas obtidas ao longo das últimas décadas.

1.1 História da inclusão no mundo

Quando se fala em inclusão, fala-se em incluir as pessoas, sejam elas crianças, jovens, adultos ou idosos na sociedade, permitindo que elas atuem no meio em que vivem, contribuindo para a construção da história, oferecendo possibilidades de desenvolvimento e acessibilidade a todos, para que sejam incluídos plenamente em todos os âmbitos sociais.

No âmbito educacional, ao atentar o olhar para a Declaração Mundial de Educação para Todos em 1990, percebe-se que a real obrigação da escola se constitui em atender a todos. É direito de toda criança ter educação que lhe possibilite conhecimentos e a escola deve seguir a perspectiva da diversidade, acolhendo todos, considerando suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas entre outras. Trabalhando as diferenças e limitações, a escola deve encontrar uma maneira de ensinar todos os alunos, com e sem deficiências. Deve-se pensar no outro e na possibilidade de diminuição do preconceito, da discriminação e da desigualdade.

Deste modo, a inclusão vem a ser o eixo principal de uma educação transformadora capaz de libertar homens e mulheres da alienação política e da opressão. A escola, portanto, deve garantir a todos oportunidades iguais. Sendo assim, foi feito neste trabalho um resgate de como se iniciou a inclusão no mundo.

Segundo Rogalski (2010), a ideia de inclusão iniciou-se em consequência do grande número de pessoas mutiladas em decorrência da Segunda Guerra Mundial,

surgindo uma preocupação, por parte dos países envolvidos, quanto à necessidade de um atendimento adequado a essas vítimas.

Na Europa, o atendimento e reabilitação dessas pessoas eram voltados para a saúde. Na Dinamarca, as associações de pais começaram a rejeitar as escolas especiais na década de 50 e receberam apoio do governo, que incluiu em sua legislação o direito de atendimento dessas crianças junto às demais, no ensino regular, para que se desenvolvessem suas habilidades, sendo incluídas novamente na sociedade. Na década de 70, nos Estados Unidos já se falava em inclusão. Portanto, as escolas especiais foram fundamentais para os avanços da inclusão. (ROGALSKI, 2010).

Devido às discussões sobre o atendimento adequado das pessoas com deficiências, surge a ideia de inclusão, que passou a ser amparada por leis para assegurar o direito a todos. A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 de dezembro de 1975, faz uma referência internacional para que sejam assegurados os direitos civis, políticos, morais e tudo o mais que for necessário às pessoas com deficiências para atuarem na sociedade de forma digna.

Também assegurando esse direito, a Declaração de Salamanca (1994) foi o marco inicial da caminhada da educação inclusiva ao afirmar que:

Esta Estrutura de Ação em Educação Especial foi adotada pela conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994. Seu objetivo é informar sobre políticas e guiar ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em Educação Especial. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 03).

Garante, assim, o direito à educação a todos, respeitando suas especificidades. E, logo em seguida, tem-se a Carta Para o Terceiro Milênio, visando também a oportunizar condições apropriadas para a inclusão plena:

Esta Carta foi aprovada no dia 9 de setembro de 1999, em Londres, Grã-Bretanha, pela Assembleia Governativa da REHABILITATION INTERNATIONAL, estando Arthur O'Reilly na Presidência e David Henderson na Secretaria Geral. A tradução foi feita do original em inglês pelo consultor de inclusão Romeu Kazumi Sassaki. Nós entramos no Terceiro Milênio determinados a que os direitos humanos de cada pessoa em qualquer sociedade devam ser reconhecidos e protegidos. Esta Carta é

proclamada para transformar esta visão em realidade. (BRASIL, 1999, p. 01).

Nesse sentido, Mantoan (2006) relata sobre a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as discriminações em defesa das pessoas portadoras de deficiências. Esta convenção foi comemorada na Guatemala em 1999. O Brasil é subscritor desta legislação aprovada pelo Congresso Nacional mediante o decreto legislativo 198, de 13 de junho de 2001, da Presidência da República. Deste modo, torna-se um documento legal por declarar direito à pessoa humana.

Esta Convenção Interamericana se torna de suma importância para a inclusão, pois assume uma postura protetora às diversas deficiências e não aceita nenhum tipo de discriminação.

Acontece, então, a Declaração Internacional de Montreal sobre inclusão, aprovada em 05 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional ("Sociedade Inclusiva", realizado em Montreal, Quebec, Canadá). Este é o documento mais recente sobre inclusão e visa à participação de toda sociedade em prol de identificar e solucionar os problemas existentes quanto às desigualdades, sejam elas de que espécie forem, garantindo o acesso de todo cidadão a uma vida social plena, e pontua que:

As declarações intergovernamentais levantaram a voz internacional para juntar, em parceria, governos, trabalhadores e sociedade civil a fim de desenvolverem políticas e práticas inclusivas. O Congresso Internacional "Sociedade Inclusiva" convocada pelo Conselho Canadense de Reabilitação e Trabalho apela aos governos, empregadores e trabalhadores bem como à sociedade civil para que se comprometam com, e desenvolvam o desenho inclusivo em todos os ambientes, produtos e serviços. (BRASIL, 2001, p. 01).

Neste cenário mundial de legitimidade da proposta de educação inclusiva, necessário compreender como isso se legitima, então, no Brasil.

1.2 História da inclusão no Brasil

Desde a colonização, a sociedade brasileira tratou as pessoas com deficiência de forma preconceituosa, isolando-as do convívio social e abandonando-

as, por vezes, até à morte. O caminho da exclusão foi traçado por muita solidão e sofrimento para essas pessoas.

Devido às transformações sociais no mundo e os grandes movimentos que estabeleceram acordos de implantação de uma política de inclusão, o Brasil precisou se alinhar nesse cenário e tornar a inclusão, de fato, um direito constitucional de todos.

A inclusão vem sendo proposta e muito discutida nas últimas décadas, tendo o apoio de uns e a reprovação de outros. O certo é que o tema ainda causa muita confusão, principalmente no âmbito educacional, sendo que, até o momento, conseguiu-se a integração da criança com deficiência na escola. Há um longo caminho a ser percorrido para que esta seja uma realidade na sociedade contemporânea, pois ainda se depara com descasos e discriminações veladas para com as pessoas com deficiência.

Emílio Figueira (2008) é um dos autores que tem se dedicado a estudos em pesquisas sobre inclusão e sua trajetória no Brasil. Ele adquiriu paralisia cerebral, ficando com sequelas na fala e movimentos e mesmo com sua deficiência motora não se deixou abater. É psicólogo, psicanalista e teólogo, autor e ator de teatro, entre tantas outras produções. Com cinco graduações e dois doutorados, é professor e conferencista de pós-graduação em temas sobre inclusão. Em algumas de suas obras, *Caminhando em Silêncio* e *O que é Educação Inclusiva*, traça o percurso das pessoas com deficiências ao longo da história do país, sendo seus trabalhos frutos de uma década em pesquisas.

Para compreender a construção do conceito sobre pessoas com deficiência, é importante conhecer o percurso da história do Brasil. Figueira (2008) remete a compreensão dessa trajetória.

Em relatos de historiadores e antropólogos, podem-se encontrar práticas de exclusão entre os índios. Quando nascia uma criança na tribo com alguma deficiência, ela era vista como algo que traria maldição para toda a aldeia e, assim, eram rejeitadas, pois acreditavam que as doenças eram castigos enviados por entidades. Segundo Figueira (2008, p. 10), “uma das formas de se livrar delas era abandonar os recém-nascidos nas matas ou atirá-los de montanhas e em atitudes mais radicais, sacrificá-las nos rituais de purificação”. Como os índios eram considerados pessoas fortes e sadias, qualquer criança que nascesse fora desses padrões seria excluída e/ou eliminada.

Durante a colonização, os jesuítas passaram a socorrer pessoas com necessidades que sofriam o abandono. Os curumins que nasciam com deficiências ou crianças oriundas de ligações entre brancos ou negros, com mulheres indígenas que eram intituladas “órfãs da terra” que não eram consideradas parte de seu povo, eram recolhidos nas chamadas “Casas de Muchachos”, recebiam apoio e cuidados dos jesuítas, além de tratamentos para diversas enfermidades. (FIGUEIRA, 2008).

Figueira (2008) ainda relata existir, no ano de 1585, muitas casas de acolhimento, em várias partes do país, onde as crianças abandonadas permaneciam até a adolescência. Após essa fase, teriam que abandonar as casas. Alguns regressavam para junto de suas tribos, outras preferiam ficar vagando pelas ruas, juntamente com aqueles que não tinham famílias, surgindo, assim, uma população que não fazia parte de nenhuma etnia.

Pelas pesquisas desse autor, a roda de expostos, que funcionou no Brasil de 1726 a 1950, também era uma forma de atender às crianças abandonadas, a fim de impedir suas mortes. As deficiências surgiam já com o nascimento ou devido aos castigos e escravidão impostos aos negros e índios, bem como aos variados tipos de doenças da época. Os excluídos não eram somente deficientes, mas também, os órfãos, mães solteiras, pobres, velhos e doentes. Dessa cultura assistencialista, nascem as escolas para educação especial no Brasil.

Mas foi com a obra de Manuel de Andrade de Figueiredo (1670-1735), Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar, que surgiram as iniciativas para a educação especial. Figueiredo atuava juntamente com os mestres de educação da época, auxiliando e acompanhando o ritmo de aprendizagem dos alunos, porque os mestres deviam respeitar o tempo e a capacidade individual de cada um para que, assim, pudessem se desenvolver de forma eficaz, sendo estimulados e não pressionados por castigos. (FIGUEIRA, 2008).

A história da educação para crianças com deficiência tem marco inicial com a criação de instituições como o Imperial Instituto de Meninos Cegos em 1854, fundado pelo Imperador D. Pedro II no Rio de Janeiro. Em homenagem a Benjamim Constant, ex-professor de matemática, passou a se chamar Instituto Benjamim Constant em 1891. Por intermédio do marquês de Abrantes, D. Pedro II também criou o Instituto para surdos-mudos no Rio de Janeiro, em 1857. Em 1957 passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). No final do século XIX e início do século XX, era grande o número de médicos que fizeram pesquisas

devido à preocupação com as deficiências mentais que impediam o aprendizado das crianças. (FIGUEIRA, 2008).

Figueira (2008) também discorre sobre as campanhas voltadas para as pessoas com deficiências, que surgiram em 1990. A primeira campanha foi a Educação do Surdo Brasileiro (Cesb), Decreto Federal nº 42.728, de 03 de dezembro de 1957, para promover educação e assistência em todo o território nacional (art. 2º). Logo após, sucede a Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC), Decreto nº 48.252, de 31 de maio de 1960. Também houve a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (Cademe) – Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960. Todas subordinadas ao Gabinete do Ministro da Educação e Cultura. Entidades públicas e filantrópicas como APAE e Pestalozzi, pressionavam para que houvesse a inclusão de um capítulo sobre educação para pessoas com deficiência na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Completa Mantoan (2006) que a Constituição Federal de 1988, por ser a principal lei do país, é também responsável por propor avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência. A mesma marca a conquista da democracia entre todos os cidadãos do país e traz em seu bojo:

Ao eleger como fundamentos da república a cidadania e a dignidade da pessoa humana (artigo 1, incisos II e III) e como um de seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (artigo 5), e trata nos artigos 205 e seguintes, do direito de todos à educação, direito esse que deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. A constituição ainda elege como um dos princípios para o ensino a igualdade de condições de acesso e permanência da escola (artigo 206, Inciso I), acrescentando que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (artigo 208, inciso V). (MANTOAN, 2006, p. 26).

A Constituição Federal garante direito de todos à educação e também o acesso à escola. Deste modo, cabe a todas as escolas e instituições de ensino atender essas demandas constitucionais, sem excluir nenhuma pessoa independente de sua origem, raça, cor, idade, sexo, deficiência, cultura ou religião.

Mantoan (2006) ressalta que esses utensílios já seriam suficientes para não se negar à integração de nenhum aluno com deficiência em salas de aulas no

ensino regular. Desta feita, de acordo com a Constituição Federal, o ensino é garantido a todos, seja qual for sua deficiência. Portanto, para que se chegue ao pleno desenvolvimento humano e preparo para a cidadania, percebe-se que essa educação inclusiva não pode ser exercida em ambientes isolados.

Figueira (2008) relata que, com a Declaração de Salamanca (1994), reafirma-se o compromisso com a “Educação para Todos”, reconhecendo a necessidade de uma educação pensada nas pessoas com deficiência no sistema regular de ensino. Surge aqui o conceito de inclusão em que as pessoas com deficiências conquistaram seus direitos de forma lenta e foram, aos poucos, garantidos pelo governo. Este autor relata ainda que:

A pessoa com deficiência começa a tomar consciência de si como cidadão, a partir de 1981, foi nos anos 80 onde existiu no Brasil um amplo movimento de conscientização popular sobre a verdadeira imagem da pessoa com deficiência. Em 1992, foi criado o documento intitulado Programa de Ações Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência que, em seu parágrafo 27, traça o que a sociedade deve esperar de uma pessoa com deficiência e como deve ser a sua imagem: Das Pessoas com Deficiência deve-se esperar que desempenhem seu papel na sociedade e cumpram suas obrigações como adultos. A imagem das pessoas com deficiência depende de atitudes sociais baseadas em fatores diferentes, que podem constituir a maior barreira à participação e à igualdade. Deveríamos ver a deficiência pela bengala branca, as muletas, os aparelhos auditivos e as cadeiras de rodas, mas não pela pessoa. É necessário centrar sobre a capacidade das pessoas com deficiência e não em suas limitações. (FIGUEIRA, 2008, p. 43).

O autor completa, colocando duas leis aprovadas pelo Governo Federal, que estabelecem, de fato, as diretrizes para a inclusão educacional: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 em 20 de dezembro de 1996) e a Lei nº 10.172 (09 de janeiro de 2001). O capítulo V da LDB assegura atendimento de aluno com deficiência na educação escolar na rede regular de ensino e disponibiliza apoio necessário para atender suas especificidades. Garantem também professores capacitados para integração desses alunos nas classes comuns, visando a prepará-los e integrá-los na sociedade. Complementando, a Lei 10.172 garante a todos a formação mínima para o exercício da cidadania, valorizando a formação inicial e continuada dos professores e assegurando, ainda, a garantia de vagas no ensino regular para os diversos tipos de deficiência com características flexíveis que atendam a diversidade do país.

Nessa perspectiva, Mantoan (2006) afirma para todas as pessoas ou órgãos que defendem a inclusão escolar que é importante adotar medidas adequadas para

o ensino inclusivo, na busca da valorização das diferenças entre os alunos e propor alternativas que visam a contemplar a diversidade. Também cabe às escolas obterem recursos e equipamentos especializados para atenderem todas as necessidades dos alunos, sem discriminá-los.

Para que haja inclusão, é preciso sensibilidade para as diferenças, cada uma tem sua história e tem que ser entendida com respeito e compreensão por todos. A inclusão só se faz necessária pelo fato de ocorrerem a exclusões da sociedade de alguma forma, afastamentos do convívio social e das relações humanas essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade. Exclusão esta em função de rejeição pelas desigualdades e diversidade que fazem surgir o preconceito. (MANTOAN, 2006).

Com esse novo modo de pensar a escola surge de um ensino progressista que busca valorizar o aluno como um ser capaz de agir e pensar por si próprio. A inclusão, portanto, indica mudança de paradigma educacional, saindo de um ensino tradicionalista para um ensino progressista.

Pode-se dizer que se está caminhando para um novo modelo de educação, que busca compreender e aceitar as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas e de gênero. Necessário adaptar-se a esse novo cenário que surge no momento de transformação do ser humano. E, nesse novo paradigma do conhecimento, que vem surgindo perante as grandes transformações que a sociedade vem passando, como por exemplo, os avanços tecnológicos que influenciam bastante e que geram velocidade nas informações que permite melhor compreensão do mundo.

Diante dessas novidades, não se pode ignorar essas indiferenças existentes na sociedade, e a escola não pode fingir que não acontece nada ao seu redor. Ela precisa estar aberta para os diferentes tipos de conhecimentos, de modo contrário está excluindo os saberes dos alunos em seu processo de formação. Deve abrir diálogo entre os diversos tipos de conhecimentos e valorizá-los. Segundo Morin (2001, *apud* MANTOAN, 2006, p.17), “para reformar a instituição, tem de reformar a mente em uma prévia reforma das instituições”. Se apoiar realmente a inclusão, relevante refletir sobre tal possibilidade e mudar o pensamento e as práticas a favor das diferenças.

Uma questão importante que Mantoan (2006) vem refletir é se, realmente, esses alunos com deficiência estão sendo incluídos, se as propostas e políticas de inclusão educacional estão, de fato, considerando as diferenças na escola, se estão

enxergando todos os alunos como ponto de desenvolvimento e transformação em busca de grandes mudanças no ambiente escolar, visando a uma melhor educação.

As práticas educativas permitem perceber diariamente as diferenças, nas salas de aulas, entre os alunos e as diversas culturas. Devido a essas relações e acontecimentos em torno do ensino, a inclusão é produto de uma ação plural, democrática e transgressora. A inclusão parece causar uma crise escolar, desvendando a identidade da instituição, do professor e, posteriormente, do aluno. É necessário respeitar o direito às diferenças nas escolas, desconstruindo o tema atual de significado excludente, optando por medidas que objetivam valorizar as diferenças e construir uma identidade voltada para a inclusão. (MANTOAN, 2006).

A inclusão pode ser o ponto crucial para diminuir o preconceito entre as pessoas. Trabalhando com a igualdade, tomando a diferença como um parâmetro, pode-se acabar com a hierarquia existente nos currículos escolares. O primeiro passo para essa transformação é reconhecer as diferenças culturais, sociais, cognitivas e afetivas. Ter um pensamento ético transformador, capaz de lutar pela igualdade nas escolas entre alunos com deficiência e os que não apresentam deficiência. Santos (1995, *apud* MANTOAN, 2006, p. 25) complementa dizendo que “é preciso que ter o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza”.

De acordo com Mantoan (2006), são vários os motivos que fazem a inclusão caminhar de forma tão lenta e enfrentar tanta resistência na sociedade contemporânea. Desde a falta de políticas públicas à ausência de conhecimento dos pais, pois muitos desconhecem as deficiências e dificuldades de seus filhos. A responsabilidade também recai sobre os professores, pois, a inclusão é algo que exige esforço e inovações por parte de todos os envolvidos. É um trabalho coletivo de toda sociedade que demanda mudanças e persistência. Infelizmente muitos profissionais da educação não estão dispostos ou preparados para enfrentar todos estes desafios. Uma inclusão plena não se faz com a especialidade em alguns com deficiência, mas com a capacitação de trabalhar com todos.

Para receber uma criança no âmbito escolar e suprir suas necessidades, as escolas necessitam investir em mudanças essenciais que garantam a valorização do aluno e sua formação como um todo, independente de suas diferenças ou semelhanças. Isso é o que deveria acontecer em todas as instituições de ensino, tanto públicas como privadas. Mas não é o que temos visto em nossa sociedade,

pois ainda há muita discriminação velada que impede a permanência e evolução dos alunos com deficiências nos diversos níveis de ensino. A esse respeito Mendes (2002) vem dizer que:

No contexto da educação, o termo inclusão admite, atualmente, significados diversos. Para quem não deseja mudança, ele equivale ao que já existe. Para aqueles que desejam mais, ele significa uma reorganização fundamental do sistema educacional. Enfim, sob a bandeira da inclusão estão práticas e pressupostos bastante distintos, o que garante um consenso apenas aparente e acomoda diferentes posições que, na prática, são extremamente divergentes. (MENDES, 2002, *apud* MANTOAN; PRIETO; ARANTES, 2006. p. 44).

Em suma, ao percorrer essa trajetória da inclusão e analisar toda sua importância e os obstáculos que vêm sendo enfrentados ao longo dos anos, reconhece-se que muito se tem feito e o processo de inclusão vem ocorrendo de forma lenta. Mas, ainda há um longo caminho a percorrer para que esta seja uma realidade na prática educativa diária. Aceitar as pessoas diferentes na sociedade parece algo impossível, uma vez que há ainda um grande preconceito e incapacitação por parte de alguns profissionais que trabalham com as mesmas. Cabe à sociedade em geral, não apenas às escolas e professores, mas a todos, munirem-se de um olhar diferenciado e acreditar que a inclusão é possível, desde que se trabalhe em prol deste objetivo.

2 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Este capítulo aborda as práticas educativas dos profissionais da educação e faz uma reflexão sobre a formação inicial e continuada dos licenciados. Propõe algumas reflexões sobre as mudanças que devem ocorrer quanto à estrutura física do ambiente escolar, currículo e materiais didáticos e pedagógicos, sendo que estes devem ser adaptados de acordo com as deficiências de cada um, para que a instituição alcance seus objetivos quanto ao desenvolvimento pleno de seus alunos. Uma questão fundamental também é a capacitação dos professores que devem buscar por uma formação adequada para trabalhar com estes alunos, de acordo com suas individualidades.

De acordo com Jesus e Effgen (*apud* FILHO; MIRANDA, 2012), a formação continuada do professor para atuação na educação inclusiva precisa priorizar suas práticas pedagógicas, objetivando seu público alvo, que são as pessoas com deficiência. Não se trata de um acúmulo de saberes, mas sim, um percurso para reflexão de todas as práticas docentes no ambiente escolar. É importante também a criação de espaços que possibilitem a reflexão coletiva, facilitando, assim, soluções de problemas que possam surgir no cotidiano escolar.

Ainda, conforme Jesus e Effgen (*apud* FILHO; MIRANDA, 2012), as políticas educacionais públicas devem propiciar uma formação inicial e continuada para todos os educadores e devem ser de qualidade, considerando a diversidade dos alunos com deficiência. Os educadores não devem abrir mão da ética em sua atuação nas práticas pedagógicas, que devem ser diferenciadas e realizadas para atender cada aluno de acordo com suas especificidades.

Todo o processo educativo é um grande desafio para os professores, pois requer muita dedicação, conhecimento, planejamento coletivo e várias estratégias para promover o aprendizado. O processo avaliativo deve sempre permitir que o educador acompanhe o desenvolvimento de seus alunos. Jesus e Effgen (*apud* FILHO; MIRANDA, 2012, p. 24) declaram que existem dois princípios que fundamentam as práticas pedagógicas: “assumir a educação como direito social e apostar na escolarização e na educabilidade de todas as pessoas”.

Martins (2012) completa dizendo que o aumento do número de pessoas com deficiência que passaram a ser atendidas em instituições educacionais, a partir de

1974, gerou a urgência de promover capacitação adequada de todos os profissionais da área. Este foi um dos objetivos do CENESP/MEC em 1977/1979: “capacitar recursos humanos, envolvendo pessoal docente e técnico especializado para atendimento aos excepcionais, a partir da educação precoce até a formação profissional”. (MARTINS, 2012, p.19).

Foram muitas as ações desenvolvidas para alcançar os objetivos desejados quanto ao atendimento desse público diversificado nas instituições escolares. E, ainda, segundo o CENESP/MEC, essas ações se intensificaram em 1979-1984, pois:

Foram realizados no país 184 cursos de Educação Especial, sendo que, desses, 35 foram de atualização, 34 de especialização, 01 de aperfeiçoamento, 19 de estudos adicionais, 61 de extensão universitária, 26 de licenciatura e 08 de mestrado, que foram executados pelas Secretarias de Educação e/ou pelas universidades de 24 estados da Federação, propiciando a preparação de 6.707 profissionais, voltados para diversas áreas de atendimento educacional. (MARTINS, 2012, p. 21).

Mas, é a partir da década de 1990, que o movimento de inclusão escolar realmente ganha força dentro do contexto educacional. Todos os envolvidos no processo educativo começam a atender de forma adequada crianças, jovens e adultos, desde a educação infantil até a educação superior. Quanto a isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais esclarecem que:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos. (BRASIL, 2001, p. 25-26).

Apesar de ser assegurado por lei, Martins (2012) declara que ainda existem muitas instituições de ensino superior que não oferecem disciplinas adequadas para preparar educadores na área da inclusão, em seus cursos de licenciatura. As que oferecem tais disciplinas o fazem de maneira insatisfatória, de modo que não promovem o aprendizado. Enfatiza que não basta somente os professores serem preparados para lidar com a diversidade durante suas práticas educativas, objetivando alunos com deficiência, mas também todos os profissionais que atuam nas instituições devem estar incluídos nessa formação permanente.

Martins (2012) chama atenção sobre a responsabilidade dos educadores em atender de forma adequada os alunos com deficiência dentro das salas de aula. Isso se faz trabalhando de modo que possam desenvolver suas habilidades no processo ensino-aprendizagem, atendendo todas as especificidades, respeitando as diversidades e não somente oportunizando uma inserção física que visa somente socialização. Para este autor, “a inclusão é um processo complexo e esta complexidade deve ser respeitada, atendida e não minimizada”. (MARTINS, 2012, p. 33).

O autor ainda enfatiza que, para garantir aos alunos com deficiência a permanência no ambiente escolar com atendimento de qualidade, o SENESP/ MEC, em 2003, iniciou o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que foi promovido pela Secretaria de Educação Especial, propagando a política de Educação Inclusiva nos municípios em todo o país. De acordo com dados do MEC, em setembro de 2010, o Programa atingia 168 municípios, ocorrendo a formação de 133.167 professores e gestores no período de 2004-2009. (MARTINS, 2012).

A formação do professor precisa considerar o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possa refletir sua prática e, assim, planejar, relacionando sua prática à aprendizagem do aluno.

Os cidadãos da sociedade contemporânea estão lutando por seus direitos, por uma sociedade mais justa, principalmente na área da inclusão. Sendo assim, as escolas precisam estar preparadas para atender a grande demanda. Não somente com uma estrutura física apropriada, mas também com um mobiliário adequado e material didático-pedagógico que atenda às necessidades específicas dos alunos com deficiência. Parece que ainda há desafios em relação à formação do professor para a inclusão, pois os mesmos se sentem despreparados em suas ações e práticas docentes referentes às pessoas com deficiências física, cognitiva e sensorial, que findam por dificultar a aprendizagem dos alunos. Isso reporta aos momentos históricos em que esses alunos eram excluídos devido ao preconceito imposto pela sociedade.

E, nesse sentido, Costa (*apud* FILHO; MIRANDA, 2012) observa que, considerando a urgência de uma educação democrática, a implementação das políticas públicas de educação e formação de professores vem viabilizando o acesso de crianças com deficiência às escolas, através de práticas pedagógicas que consideram as diferenças de todos eles e os vários obstáculos que enfrentam,

garantindo, assim, sua entrada e permanência no ambiente escolar, na busca de uma sociedade mais justa e humana.

Concorda Silva (*apud* FILHO; MIRANDA, 2012), ao dizer sobre a interação entre professor e aluno com deficiência, no qual os dois possuem forças essenciais que podem direcionar o processo de inclusão na sala de aula e ter iniciativas em função de atividades que despertem a curiosidade e o desenvolvimento maior do aluno com deficiência. Porém, essas iniciativas são poucas, pois surgem alguns problemas no cotidiano escolar em que os professores consideram como negativo ou, às vezes, até mesmo por desinteresse de alguns, deixam de realizar práticas inclusivas fundamentais para o pleno desenvolvimento do educando.

Ainda, conforme Silva (*apud* FILHO; MIRANDA, 2012), o conhecimento e habilidades dos professores também fazem parte dessa interação, pois o professor capacitado e especializado sabe utilizar os recursos adequados para o desenvolvimento das atividades com a criança deficiente. Ao contrário do professor que não possui nenhum conhecimento, que certamente encontra muitas dificuldades. Do mesmo modo, se torna fundamental neste processo que o aluno traga para a escola algum conhecimento de mundo, habilidades e experiências adquiridas ao longo de sua jornada, que possam estabelecer as atividades realizadas com a realidade em que vive, a partir de sua própria concepção de mundo.

Observa-se, no contexto escolar, dificuldades não só dos professores, mas de toda equipe em geral, em descobrir o conhecimento do aluno, sua potencialidade é subestimada. Talvez seja a pouca experiência que a equipe possui em relação ao aluno com deficiência, e por isso não conseguem enxergar que o mesmo possa interagir e se manifestar por meio da comunicação verbal e não verbal ou por meio de gestos que demonstrem seu interesse. Geralmente, por causa da deficiência do aluno, como não se movimentar, controlar posturas ou possuírem alguns déficits mais graves, os professores têm uma concepção errônea e podem desencorajar-se diante deste grande desafio, impedindo assim o desenvolvimento do processo de inclusão. (SILVA, *apud* FILHO; MIRANDA, 2012).

O aluno com deficiência, que consegue acompanhar a turma, ou seja, interagir, participar das atividades e responder algumas questões propostas pelo professor ou que, de certa forma, possa apresentar reflexões apesar de suas limitações, o professor ou a própria equipe escolar, pode enxergar algo positivo,

deixando-o bem mais entusiasmados e motivados. Entretanto, a incorporação dessas atitudes tem sido vista como um grande desafio para os professores que vivenciam a realidade da educação inclusiva no Brasil, em que alguns não possuem capacitação e nenhuma especialização para atender esses alunos deficientes. Outro fato importante também é a necessidade de uma formação continuada, para ingressar neste processo de inclusão que só aumenta cada vez mais no ensino regular, exigindo professores que possam provocar grandes mudanças em si mesmos e nas relações existentes no contexto escolar. (SILVA, *apud* FILHO; MIRANDA, 2012).

Toda ação realizada pelo professor dentro da sala de aula, bem como em seus planejamentos e projetos, deve ser voltada para o aluno com ou sem deficiência. Procurando atender todas as especificidades, de modo que consiga envolver toda a turma, promovendo aprendizados. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

O professor é visto, então, como facilitador no processo de busca de conhecimento que deve partir do aluno. Cabe ao professor organizar e coordenar as situações de aprendizagem, adaptando suas ações às características individuais dos alunos, para desenvolver suas capacidades e habilidades intelectuais. (BRASIL, 1997, p. 31)

Necessário, então, os cursos de formação para os educadores como meio de repensar suas responsabilidades, seu papel e sua prática pedagógica. Não existe um método pronto para se promover a inclusão, o professor precisa ir aplicando seus conhecimentos em sala de aula, buscando inovações, observando seus alunos, encontrando soluções para os problemas que vão surgindo no dia a dia. Para isso, não pode se basear apenas nos conhecimentos do senso comum, mas é urgente buscar saberes científicos, participar de momentos de estudo organizados pelas escolas, nos quais todos os professores possam interagir e compartilhar experiências e conhecimentos para enfrentar as barreiras que vão surgindo pelo caminho da aprendizagem escolar. Assim, Mantoan (2006, p. 44) diz que “o foco da formação é o desenvolvimento da competência de resolver problemas pedagógicos”.

Ao educador cabe sair do comodismo, avaliar seus conhecimentos, suas atitudes, sua prática enquanto agente de transformação.

Nesse aspecto, Mantoan (2006) pontua que é o aprendizado do aluno que mede o grau de eficiência das práticas dos professores em sala de aula. Se algum

aluno não aprende significa que algo está errado e não que sua deficiência o impediu de aprender, mas sim a metodologia do professor que parece não estar conseguindo alcançar a todos. Esta é a grande dificuldade para os profissionais da educação alcançarem seus objetivos, levando em conta as particularidades de cada um, proporcionando uma aprendizagem de qualidade a todos, sem exceção e sem discriminação quanto a gênero, deficiência, dificuldades, raça ou classe social a que pertençam.

Ao analisar essas questões referentes aos profissionais da educação para a inclusão, compreende-se que, além de um perfil adequado, é necessário que estejam sempre se capacitando e procurando adquirir novos conhecimentos e métodos para atender aos objetivos de uma escola inclusiva. Ao falar em incluir as diferenças, Mantoan (2006) reflete sobre o longo caminho que ainda existe para ser percorrido. É um tema com extrema relevância e surgem questionamentos acerca das práticas dos docentes, de seus alunos e de toda a sociedade. Toda mudança traz insegurança, medo de errar, mas ela só acontece percorrendo novos caminhos e fazendo novas descobertas.

Assim, o próximo capítulo traz uma reflexão sobre a prática pedagógica no processo de educação inclusiva, por meio de um estudo de caso em uma escola municipal.

3 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES REGENTE E DE APOIO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA SÃO DIMAS

O presente capítulo trata de uma pesquisa de campo, com estudo de caso em que se observou a prática pedagógica de professores regente e de apoio, dentro da sala de aula em uma escola pública. A pesquisa de campo é um importante meio para extrair dados e informações da realidade do objeto estudado, pois se trata de coleta de dados sobre a realidade pesquisada por meio de observação, entrevista semiestruturada, análise e interpretação dos resultados.

Contextualizando o campo de pesquisa, a rede municipal de ensino da cidade de Itaberaí, Estado de Goiás, conta com treze instituições educacionais públicas municipais, incluindo quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS). A rede municipal apresenta 183 alunos com laudos (diagnósticos vários) matriculados e 62 profissionais de apoio à inclusão, conforme documento da Secretaria de Educação Municipal anexo.

Para este estudo de caso, foi escolhida a Escola Municipalizada São Dimas, pois a equipe dessa unidade escolar se mostrou receptiva para tal. Esta instituição conta atualmente com 16 salas de aulas, que atendem do 1º ao 4º ano, no período matutino, e do 1º ao 3º ano, no vespertino. Possui 458 alunos matriculados, 195 no período matutino e 263 no período vespertino. Destes, 19 alunos apresentam laudos e são acompanhados por cinco professoras de apoio. Após conhecer a escola, por meio de observações e conversas com a equipe gestora, optou-se por realizar as entrevistas e observações com o 4º ano matutino, por haver nesta sala um número maior de alunos com deficiência. Esta turma possui 33 alunos matriculados, sendo três com laudo. A professora regente trabalha por contrato na rede municipal, é graduada em Letras (Português- Inglês), a professora de apoio, graduada em Pedagogia, é efetiva. Assim, passa-se para relato das observações realizadas e síntese das entrevistas feitas com as professoras, regente e de apoio, desta turma.

Foram realizados dois dias de observações das aulas de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês e Ciências ministradas no 4º ano desta escola. Durante as observações, notou-se que os alunos A, B e C apresentam laudos, que não foram disponibilizados pela escola às pesquisadoras. Estas informações foram dadas pela professora de apoio.

A aluna A tem 38 anos e possui, segundo a professora de apoio, deficiência mental. Parece ser muito dedicada, caprichosa e realiza todas as atividades propostas, demonstrando um imenso prazer em estudar. Apesar da idade, uma mulher de 38 anos, seu jeito de falar, seu comportamento, suas roupas são de uma menina da faixa etária dos demais. Sempre muito meiga e com um sorridente, tímida e observadora. Os outros colegas sempre a ajudavam no momento de ir para o recreio, para que ela não tropeçasse no caminho, pois apresenta uma pequena dificuldade motora. Quando sentia alguma dificuldade chamava a professora de apoio.

Os alunos B e C estão na faixa etária de 10 anos e possuem laudo de hiperatividade e dislexia grave, segundo o relato da professora de apoio.

O aluno B, embora fosse bem resistente quanto às atividades pedagógicas, quando um dos colegas perguntava a resposta à professora de apoio, ele imediatamente respondia, demonstrando que sabia o conteúdo, mas não queria realizar as tarefas. A professora de apoio permaneceu calma por todo o tempo e dialogava com este aluno, explicando a importância de se fazer o que ela pedia.

O aluno C parecia não esboçar nenhuma reação diante das atitudes dos colegas, permanecia de cabeça baixa durante toda a aula, resolvendo as atividades com muita concentração. A professora de apoio sempre perguntava se precisava de ajuda, se tinha entendido a tarefa e este respondia que sim. Mas no último dia de observação, este aluno estava bem agitado com comportamento agressivo e respondendo mal à professora de apoio que tentava acalmá-lo. Esta professora relatou que desconfiava que os pais deste aluno não estavam dando-lhe o medicamento.

A professora de apoio se mostrou dedicada, atenciosa e muito preocupada com o desenvolvimento dos alunos de inclusão. Todas as atividades trabalhadas com os alunos nos dias de observação foram impressas e iguais para os três alunos. Eram atividades com o mesmo conteúdo trabalhado pela professora regente, mas com adaptações, de acordo com as singularidades dos alunos com deficiência.

Durante essas observações, chama a atenção a professora regente que, em instante algum, teve iniciativa em auxiliar a professora de apoio nos momentos de dificuldade, ou em qualquer momento da aula, permanecendo sentada em seu lugar, corrigindo cadernos ou fazendo outra atividade, ou seja, alheia às atribuições da professora de apoio.

Dessa forma, após esse período de observações em sala de aula, foi realizada entrevista semiestruturada com as professoras, regente e de apoio, sobre suas práticas pedagógicas e o processo de educação inclusiva.

A professora de apoio respondeu às perguntas no momento proposto, demonstrando-se disponível para participar da pesquisa, respondendo com calma e segurança. A professora regente não quis responder no momento e pediu para responder em casa e entregar depois. Houve demora por parte dela em entregar as respostas, reclamando da quantidade de perguntas.

Ao analisar as respostas das professoras regente e de apoio, anexo neste trabalho, pode-se refletir sobre a práxis existente nesta sala de aula na instituição observada.

A professora de apoio entende a inclusão como um cuidado, no sentido de estar sempre ajudando o aluno com deficiência em tudo, como se ele não fosse capaz de realizar nada sozinho. Durante a observação, nota-se a preocupação dela em dar atenção aos três alunos com deficiência a todo o momento. Não parava um minuto sequer, sempre fazendo questionamentos e os orientando nas atividades propostas e até mesmo insistindo com aqueles que não queriam realizá-las. Percebe-se uma grande preocupação dela para com a aprendizagem dos mesmos.

Ao contrário, a professora regente demonstrou-se confusa quanto ao tema, pois percebe a inclusão apenas como uma integração e socialização do aluno. De acordo com Mantoan (2006), a integração é a incorporação de alunos com deficiência no ensino regular e a inclusão é atender a todos os alunos, sejam eles normais ou deficientes; para que desenvolvam, aprendam, evoluam e sejam respeitadas suas capacidades cognitivas.

Sabe-se que o aluno com deficiência é de responsabilidade da professora regente, assim como toda a turma, e a professora de apoio está ali para auxiliar. Mas não se percebeu, durante as observações, a intervenção necessária da professora regente para com estes alunos. Aproximou-se somente por duas vezes durante os dias observados e em nada os orientou. Mesmo nos momentos em que um dos alunos se mostrou arreado e nervoso, se negando a realizar as atividades, as coordenadoras pedagógicas é que foram chamadas pela professora de apoio para intervir. A professora regente somente disse que se o aluno continuasse com aquele comportamento, ligaria para a avó do aluno.

Nesse sentido, ao considerar a importância de uma capacitação na formação de um educador para que este possa atuar de forma satisfatória ao realizar sua prática educacional nas instituições escolares, ao responderem às perguntas da entrevista, as duas professoras deixaram claro que não receberam formação necessária para trabalhar com a inclusão, durante suas graduações.

No entanto, a professora de apoio relata que participou de vários cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação sobre inclusão, e se sente preparada para o trabalho. A professora regente afirmou nunca ter participado de nenhum curso sobre inclusão. Parece haver aqui um equívoco da própria Secretaria de Educação, pois ao disponibilizar estes cursos somente para as professoras de apoio, esquece que o aluno é de responsabilidade da professora regente e que ela também precisa ser formada e preparada para atuar na inclusão. Silva (*apud* FILHO; MIRANDA, 2012) vem dizer que o conhecimento e habilidades dos professores que são capacitados os ajudam a utilizar recursos adequados para garantir o desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Nesse cenário, parte-se de um planejamento bem elaborado de forma coletiva para orientar o trabalho do educador, para que obtenha sucesso no ensino-aprendizagem de seus alunos. Inclusive no âmbito da inclusão, em que é necessário um olhar diferenciado que atenda às especificidades e singularidades de cada aluno, permitindo o desenvolvimento e aprendizagem de todos. (MANTOAN, 2006).

Segundo a professora regente, o planejamento é elaborado de acordo com o fluxo proposto pela Secretaria de Educação para toda a rede, sendo a professora de apoio quem adapta as atividades, de acordo com o conteúdo, para os alunos com deficiência. Isso se confirma na fala da professora de apoio. Contudo, o mais adequado, segundo as orientações da própria Secretaria de Educação, seriam as duas professoras planejarem juntas todos os conteúdos e escolherem os recursos e metodologias mais adequados para desenvolver as potencialidades de seus alunos.

A avaliação da aprendizagem e desenvolvimento acadêmico do aluno deve ser realizada durante todo o período letivo, sendo contínua. Isso deve ser feito de forma mediadora, observando os alunos individualmente e no coletivo, bem como a participação em todas as atividades propostas: dinâmicas, momentos de conversas, música, contação de histórias, jogos, entre outras. O conhecimento é construído em movimentos de idas e vindas durante as ações coletivas e individuais e, a esse respeito, a professora de apoio relata que as metodologias utilizadas por ela

favorecem muito essa interação. São realizados jogos, dinâmicas, contação de histórias e também é pedido que os demais alunos da sala auxiliem os alunos com deficiência em suas atividades.

Segundo a professora de apoio, a avaliação dos alunos com deficiência é realizada diariamente, observando o comportamento, a realização das atividades e o relacionamento deles com os demais. A professora regente disse realizar esta avaliação através de atividades adaptadas e também pela oralidade.

Não tem como dizer nada sobre a presença da família na escola, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento integral do aluno. As professoras entrevistadas reconhecem essa importância, mas a professora de apoio declarou que a maioria dos pais não são presentes na vida escolar de seus filhos.

Em suma, considerando as observações realizadas, conversas e entrevista semiestruturada, pode-se concluir que a professora de apoio parece mais comprometida com a aprendizagem desses alunos, demonstrando uma preocupação maior em estimular e buscar recursos e metodologias para mediar a aprendizagem dos mesmos, bem como a continuidade de sua própria formação para a educação inclusiva. Quanto à professora regente, demonstrou-se desinteressada na aprendizagem dos alunos com deficiência, deixando claro que estes alunos eram de responsabilidade da professora de apoio. Poucos foram os momentos de interação e intervenção observados entre a professora regente e os três alunos com deficiência na sala de aula. Acrescenta-se também a não participação da professora regente em cursos formativos para a inclusão. Fica claro que o olhar da professora regente ainda é o de que a professora de apoio é a única responsável por incluir os alunos com deficiência.

Assim, ao considerar este estudo, pode-se dizer que ainda se está caminhando para a tão desejada inclusão, que necessita de mais recursos e profissionais capacitados para torná-la realidade. Oferecer uma educação de qualidade com todas as falhas existentes no sistema educacional não é fácil. Em turmas onde existem crianças com deficiência, a situação fica ainda mais complicada, pois pede um trabalho em equipe de ambas as educadoras, regente e de apoio.

Costa (*apud* FILHO; MIRANDA, 2012, p. 92) vem dizer que “é necessário destacar que a inclusão de alunos com deficiência na escola pública é possível e se faz urgente para o fortalecimento da democracia.” A função da escola é formar

cidadãos em toda sua plenitude, capazes de atuar e transformar a sociedade em que vivem. Para tanto, todos os alunos precisam ser atendidos no ambiente escolar, sendo respeitadas suas singularidades e diversidades, proporcionando oportunidades iguais de evolução, aprendizagem e desenvolvimento de todas as potencialidades destes alunos. Promove-se assim, a inclusão em todos os âmbitos extinguindo. Quem sabe, um dia, o preconceito e a desigualdade desaparecem.

CONCLUSÃO

Este trabalho veio possibilitar uma expansão de conhecimentos sobre o assunto abordado, enriquecendo os saberes adquiridos na universidade. Pesquisar sobre inclusão estimula ainda mais o interesse pelo tema, leva a respeitar as diferenças e perceber o quanto é importante saber trabalhar com alunos com deficiência, bem como compreender a importância de uma capacitação e formação continuada para atuar na área.

Ao iniciar este trabalho monográfico, observamos muitos obstáculos pelo caminho, como dificuldade em encontrar uma instituição disponível para receber a pesquisa e a resistência das professoras em responder as perguntas da entrevista. Com as observações realizadas, as entrevistas e o que foi adquirido ao longo da graduação em Pedagogia, percebeu-se que muita coisa poderia ser diferente, melhor. Mas ainda faltam capacitação, vontade, recursos e políticas públicas que se comprometam com uma educação de qualidade, que não esteja somente no papel. Uma educação que permita a inclusão de todos.

Portanto, a inclusão escolar é um processo que vem ocorrendo sim, de forma muito lenta, ainda não esclarecida para muitos educadores que já atuam na área, seja por falta de capacitação, interesse ou pesquisa sobre o assunto. Mas incluir os alunos com deficiência não é uma utopia, é algo que pode ser realidade, se tiver o comprometimento de toda a sociedade. São necessárias mudanças urgentes, que devem começar pela própria comunidade acadêmica que, ao terminar a graduação e ingressar na escola, não reproduza os comportamentos inadequados de educadores que falham com a proposta de educação inclusiva.

Mas será que se está preparado para atuar como educadores, junto a crianças com deficiência? Infelizmente não. Os quatro anos neste curso não prepararam os acadêmicos para tais desafios, devido à falta de disciplinas que pudessem contemplar tais capacitações. A disciplina específica voltada para a prática do educador na inclusão foi somente LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), ministrada por apenas um semestre. Isso é insuficiente para o árduo trabalho que se tem pela frente. É necessário, então, repensar as disciplinas dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas, e preparar melhor os acadêmicos para que

possam atuar de forma eficaz como educadores capazes de promover uma verdadeira inclusão no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca**, Espanha entre 07 de junho de 1994. Disponível em: <<http://www.Portal.mec.gov.br./seesp/arquivos/pdf/salanca.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. **Carta para o Terceiro Milênio**, aprovada no dia 9 de setembro de 1999 em Londres. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. **Declaração Internacional de Montreal** sobre Inclusão, aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva”. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf>. Acesso em: 16 de jul. 2017.

_____. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. **Lei nº 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes** Resolução aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos Jomtien, Tailândia – 5 a 9 de março de 1990. Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. Resolução n. 02/2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE, 2001.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1999.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio**: Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

FILHO, Teófilo Alves Galvão; MIRANDA, Theresinha Guimarães (Orgs.). **O Professor e a Educação Inclusiva**: Formação, Prática e Lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** 2. ed. São Paulo. Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PRIETO, Rosangela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Orgs.). **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo. Summus, 2006.

MARTINS, L. de A. R. Políticas Públicas e Formação Docente para Atuação com a Diversidade. In: MARTINS, L. de A. R.; PIRES, J.; PIRES, G. N. L. (Org.). **Políticas e Práticas Educacionais Inclusivas**. Natal: EDUFRN, 2012.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do Surgimento da Educação Especial. **Revista de Educação do Ideau (REI)**, Uruguai, v. 5, n. 12, p. 1- 13, jul. – dez/2010.

ANEXOS